



O Social em Questão

ISSN: 1415-1804

ISSN: 2238-9091

osq@puc-rio.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Brasil

Evangelista, Marcela Boni
Aborto: uma questão de classe?
O Social em Questão, vol. 20, núm. 38, 2017, Maio-, pp. 39-56
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552256732013>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Aborto: uma questão de classe?

Marcela Boni Evangelista¹

Resumo

O presente artigo parte de reflexões resultantes da pesquisa de doutorado “Dilemas da (sobre)vida: o aborto”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em História Social da FFLCH-USP. O estudo tem como base teórica e metodológica a história oral e parte de entrevistas realizadas com mulheres e homens que vivenciaram a experiência de abortos induzidos ou que se manifestam publicamente sobre o assunto. Neste texto, abordamos narrativas elaboradas por seis mulheres, a partir das quais discutimos o tema do aborto em relação a um dos aspectos mais evidentes do debate: a questão de classe social. Procuramos problematizar a clivagem de classe de maneira não convencional, iluminando menos o que separa estas mulheres do que as pode unir e identificar.

Palavras-chave

Aborto; Classe social; História oral; Gênero.

Abortion: a class issue?

Abstract

This article is based on reflections resulting from the PhD research “Dilemmas of (over) life: abortion”, developed within the scope of the Social History Program of FFLCH-USP. The study is based on oral history’s theories and methods and part of interviews conducted with women and men who experienced induced abortions or publicly disclosed on the subject. In this text, we cover narratives elaborated by six women from which we discuss the abortion issue in relation to one of the most evident aspects of this debate: the social class issue. We try to problematize class cleavage in an unconventional way, illuminating less what separates these women from what can unite and identify them.

Keywords

Abortion; Social class; Oral history; Gender.

Introdução

Um dos pontos propulsores do debate sobre o aborto no Brasil, especialmente para os que defendem sua descriminalização, esbarra no marcador social da diferença de classe social. O argumento central tem como base a dura realidade das mulheres de baixa renda que recorrem a abortos não apenas clandestinos, mas extremamente inseguros.

Os dados disponibilizados sobre o aborto no país geralmente são resultados de pesquisas quantitativas que têm como fonte o Sistema Único de Saúde (SUS). A partir do número de interações, há o acréscimo de uma porcentagem que estima os casos não registrados.

Saliente-se que ocorrem cerca de um milhão de abortos clandestinos no Brasil, sendo que mulheres de baixa renda, afro-descendentes e jovens configuram índices de mortalidade materna (4ª causa no Brasil) e de internações na rede de saúde pública devido a complicações da prática clandestina e insegura (230.000 internações/ano). (CAVALCANTE; BUGLIONE, 2008, p. 131)

A cientificidade e o rigor estatístico não são aqui questionados, entretanto, podemos inferir que os dados não refletem a totalidade dos casos, algo que dificilmente qualquer pesquisa ou método conseguiria. É importante, desta forma, refletir acerca das características destas fontes. Primeiramente: quem utiliza o SUS? Em geral, pessoas que não possuem convênio médico, o que sugere que sejam em sua maioria de baixa renda. Esses números, porém, não quantificam as mulheres que abortaram sozinhas e não acessaram serviços hospitalares de emergência. Além disso, não incluem as que fizeram abortos em condições seguras, garantidas por sua condição material. Temos, assim, uma primeira indagação: se os números e o perfil traçado das mulheres que abortam não refletem de maneira completa a realidade, como nos aproximar desta situação?

É comum que as informações obtidas a partir desses estudos sejam reforço para a afirmação de que o aborto é uma questão de classe, uma vez que há maior visibilidade para os casos que envolvem mulheres das classes populares. Isto, indiscutivelmente, ampara políticas públicas fundamentais, o que nos leva a reconhecer tanto a importância dessas pesquisas quanto as ações que promovem.

A abordagem que enfatiza a clivagem de classe social apresenta, contudo, outro aspecto. Afirmar que as mulheres que abortam são, principalmente, as pobres,

negras e jovens fomenta uma imagem não somente de vítimas para estas, mas de irresponsáveis. Afinal, vivemos em contexto que não apenas criminaliza o aborto, mas o condena moral e eticamente.

No caso das mulheres que realizaram ou defendem a legalização do aborto, os processos de estigmatização estão fortemente presentes: quem são essas mulheres más/loucas/problemáticas/infelizes/mal amadas que interromperam ou defendem a interrupção de uma gravidez? Onde está o seu instinto materno? Que brutalidade e monstrosidade é essa, defendida e realizada por essas mulheres? Esse tipo de julgamento moralizante e culpabilizador, baseado num modelo feminino que tem como base o controle das mulheres, coloca-as em situações de grande pressão e violência – elas se sentem culpadas porque, pelos motivos mais diversos, querem interromper a sua gravidez – e esse é um ato de consciência e liberdade que elas não foram, por décadas e décadas, autorizadas a realizar. (MAYORGA; MAGALHÃES, 2008, p. 153)

Ao mesmo tempo, a ênfase classista minimiza possíveis traumas e sofrimentos vividos por mulheres de classes sociais mais favorecidas, estereotipando tal grupo como desprovido de demandas sociais e coletivas ligadas ao aborto. Como atestam Vilella, Menicucci e Silva (2008, p.61) “O abortamento induzido é uma situação complexa, tanto quanto é complexa a gravidez inesperada, sendo um evento que não está restrito à pobreza ou à dificuldade de acesso a serviços de saúde ou contracepção”.

Há um estigma que ronda o aborto e confere espaço para posicionamentos que questionam a necessidade de sua descriminalização. Neste sentido, os números não são suficientes para adentrar o universo de motivações, escolhas, culpas e ressentimentos que envolvem tal experiência.

Em outra ocasião produzi uma reflexão cujo mote fora a “democratização” do aborto, ou seja, o entendimento de que esta seria uma questão relevante para mulheres dos mais variados grupos sociais e orientação política, religiosa ou ideológica. Tal democratização seria “às avessas”, uma vez que se trata do espalhamento de uma restrição ao acesso a direitos fundamentais. Nesta perspectiva, há a necessidade de problematizar o aborto a partir de uma chave mais ampla, que englobe a diversidade e a subjetividade das mulheres que o vivem. Mas como chegar a tal abrangência?

Método: a história oral

Apesar da relevância das pesquisas já realizadas amparadas por diferentes métodos, acreditamos no potencial da história oral para a produção de conhecimentos baseados na subjetividade. A partir da audição de histórias de vida, é possível reconhecer concepções e estratégias distintas e por vezes divergentes acerca de uma mesma experiência. Daí a oportunidade de reconhecer pontos de vista alternativos que estimulam a desestigmatização, permitindo a aproximação de trajetórias que inicialmente não se cruzariam.

No caso da história oral de vida, o que a distingue é exatamente a independência dos suportes comprobatórios. As incertezas, descartabilidade da referência exata, garantem às narrativas decorrentes da memória um corpo original e diverso dos documentos convencionais úteis à História. Em particular, a história oral de vida se espalha nas construções narrativas que não apenas se inspiram em fatos, mas vão além, admitindo fantasias, delírios, silêncios, omissões e distorções. (MEIHY; HOLANDA, 2010, p. 34)

Esta reflexão tem como base a pesquisa de doutorado “O aborto em questão: moral, subjetividades e direitos”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em História Social da FFLCH-USP. O estudo contou com a realização de 16 entrevistas de história oral de vida, realizadas com mulheres e homens que vivenciaram situações de aborto induzido e/ou se manifestam publicamente a respeito do assunto.

Não houve como pressuposto um recorte pautado em interseccionalidades de classe social, geração, etnia, orientação religiosa ou gênero, embora fosse evidente que tais marcadores seriam observados posteriormente na análise do material coletado. A temática do aborto foi, assim, investigada tendo em vista seu amplo alcance na sociedade brasileira e a interpretação do corpus documental desenhado pretende observar o que os números não revelam, mas as subjetividades permitem verificar.

A classe social como questão. Ou não...

O argumento central desta reflexão tem o objetivo de identificar as semelhanças das experiências de aborto de seis mulheres de diferentes classes sociais e gerações. Elementos que aparentemente as separam e colocam em circunstâncias diversas no ato do aborto propriamente dito, as aproximam em termos de uma

coletividade, especialmente por serem mulheres e viverem sob os mesmos ditames comportamentais da sociedade brasileira.

Ao conhecer suas trajetórias e não restringir a pesquisa a elementos objetivos como idade, local de nascimento, profissão, situação conjugal, escolaridade, métodos contraceptivos e estratégia utilizada para o aborto, podemos conhecer seus argumentos para interromper a gravidez não planejada e, mais que isso, os dilemas que vivenciaram antes, durante e depois de terem feito tal escolha.

Tal singularidade, cara aos trabalhos de história oral de vida, estabelece menos diferenciações do que busca encontrar pontos convergentes. A identificação não é imediata e provavelmente tais histórias não se encontrariam ocasionalmente. A presente pesquisa, no entanto, valoriza justamente os aspectos coletivos que as particularidades deixam entrever e esboça possibilidades atentas a demandas que dificilmente seriam pareadas.

Tomando como ponto de partida o recorte de classe social, procuramos observar, nas narrativas elaboradas, elementos que atentam tanto para as aproximações propiciadas pelas condições materiais das colaboradoras quanto para aquelas que as ultrapassam.

Pensemos: se uma mulher que abortou com segurança em função de sua condição de classe reconhecesse sua semelhança em uma mulher que correu sérios riscos para interromper uma gestação não planejada, qual seria o diálogo possível entre elas?

As narrativas

As entrevistas selecionadas para esta reflexão serão apresentadas em pares. Cada um conecta mulheres que não apenas são desconhecidas, mas cuja diferença de classe social e, em alguns casos, geracional, num primeiro olhar, faz pensar que nada têm em comum, a não ser o fato de terem realizado abortos induzidos. A identificação, contudo, pode ir além².

Giana e Paloma

Giana e Paloma pertencem a gerações distintas e, além disso, tiveram em seu histórico desfechos muito diferentes em termos de acesso à escolaridade e aos benefícios de uma família com condições materiais para garantir conforto e acesso ao aborto de forma segura. No entanto, suas motivações se emparelham: ambas vivenciavam relacionamentos abusivos e tinham a clareza do que seria ter um filho com os companheiros que tinham à época da gravidez.

No que diz respeito às relações familiares, Giana conta sobre sua gravidez na adolescência, ainda na década de 1960.

Aos 17 anos me envolvi com uma pessoa e fiquei grávida... Quando completei 18 anos tive um filho... Sofri muito! Meus pais não aceitaram, fui posta para fora de casa! [...] Quando meu filho tinha um ano e meio e eu estava com 20 anos, fiquei grávida novamente... Gostava demais do pai dele e voltamos a nos encontrar. Desta vez foi muito mais difícil! Passei frio, fome, rejeição da família inteira! (Giana – entrevista realizada em 21 de maio de 2014)

A família de Giana, exceto o pai, veio de outro estado para São Paulo e todos viviam em condições precárias, dividindo pequenas casas entre várias famílias. As mulheres, geralmente empregadas como domésticas, garantiam com muita dificuldade as necessidades básicas dos filhos.

No caso de Paloma, a realidade era bastante diferente. Apesar da separação precoce dos pais, o convívio familiar não apresentava dificuldades aparentes, a não ser em questões relacionadas à escolha da profissão:

Meus pais se separaram quando eu tinha sete anos e minha mãe sempre sustentou boa parte da nossa vida. Então eu falava: “Gente, preciso ser uma mulher que sustente a casa! E com Biologia, estou fodida! Vou ficar dependente!” E isso não é da minha índole, não dou muito conta disso... Aí fui fazer Engenharia de Alimentos, porque juntava Biologia, Química, as exatas que eu gosto e beleza! Além disso, meu pai e meu irmão eram engenheiros, minha irmã fez Arquitetura, foi todo mundo meio pra esse lado... [...] Quando fiquei grávida a primeira vez, minha mãe me deu uma bronquinha clássica, né... “Em pleno século XXI, com todos os métodos anticoncepcionais!” A gente teve que ouvir, que era verdade... Mas, a merda já estava feita, então vamo aí! (Paloma – entrevista realizada em 26 de novembro de 2014)

Ambas engravidaram relativamente jovens. O tratamento que tiveram da família, no entanto, merece atenção por sua imensa diferença. Para além da questão temporal, as diferenças de classe social ficam marcadas nessas falas.

Os relacionamentos que viveram com seus companheiros, no entanto, não se diferenciam tanto... Depois de dois filhos com o mesmo rapaz, por quem

nutria um sentimento muito forte, Giana teve outros namorados antes de casar oficialmente. Um desses relacionamentos, que culminou com o aborto, foi assim narrado:

Tive relacionamento com uma pessoa por uns três anos. Já não era o pai dos outros dois. A gente brigava muito! Ele tinha muito ciúmes e judiava muito de mim. Sofria demais! Ele chegava até a me agredir! Não podia olhar para os lados na rua! Fiquei grávida e ele até queria assumir, mas pensei muito em tudo o que acontecia e decidi fazer o aborto. Quase morri! Fui numa dessas pessoas que faz aborto quando estava com três meses e meio de gravidez. Super perigoso! (Giana – entrevista realizada em 21 de maio de 2014)

Paloma também teve um grande amor na adolescência, o pai de sua filha e com quem teria outra criança, caso não tivesse optado pelo aborto. Seu relacionamento, a despeito do sentimento, não era tão simples:

Quando saí da clínica, ele ficava falando que ia denunciar o médico! Eu falava: “Meu, você tá louco! A gente vai morrer!” Na ida ele não surtou, mas tentava me persuadir... Eu não falava nada, estava triste pela situação toda... Mas, na volta ele surtou geral e ficava falando em denunciar [...] Por isso que quando me separei, a gente não conseguiu se separar de verdade... O cara é muito doido! Imagina se eu não fizesse o que ele queria! Então, eu fiquei, entendeu... E não era a primeira vez que acontecia... Mas dessa vez o cara passou um pouco mais do ponto do que ele costumava fazer... Foi muito, muito difícil! (Paloma – entrevista realizada em 26 de novembro de 2014)

Embora em épocas distintas – Giana na década de 1970 e Paloma na primeira década do século XXI – ambas colaboradoras vivenciaram situações muito semelhantes. Os relacionamentos abusivos e violentos foram o motivo desencadeador para fazerem o aborto. Afinal, sabiam as consequências de ter um filho com um companheiro agressivo.

Suas situações de aborto também apresentam nítidas diferenças, deixando claro o aspecto classista que as envolve. Giana narra sua experiência, cujo processo teve início no local onde trabalhava e recebeu os primeiros socorros:

No lugar onde fui, a gente tomava a injeção abortiva e ia embora. Não tinha a mínima ideia de onde vinha aquele medicamento! A ambulância me trouxe para casa e comecei a sentir dores horríveis! Gritava de dor! Minha mãe estava trabalhando e quando chegou, fui obrigada a contar. Ainda na empresa onde trabalhava, quando fui ao banheiro, o feto caiu na privada. A enfermeira me ajudou a pegar, passamos álcool e colocamos em um vidro, que trouxe para casa... Quando minha mãe chegou, fui obrigada a contar e mostrei para ela. Mas as dores foram piorando cada vez mais e então chamaram um amigo que tinha uma perua e me socorreram. A dor era tanta que ninguém podia encostar a mão em mim. Parecia que a dor tomava meu corpo inteiro! Não tem como explicar uma dor como essa! Isso porque a placenta apodreceu dentro de mim... O feto nasceu, mas a placenta não... Teria que fazer uma curetagem, mas me trouxeram para casa...(Giana – entrevista realizada em 21 de maio de 2014)

Para Paloma foi tudo muito diferente. Não houve riscos, dor ou sofrimento, a não ser aquele emanado do parceiro.

A clínica era aparentemente comum, de médicos, puta clínica! Perto da Paulista, super bonita e tudo mais! No lance do aborto, a clínica em si foi tranquila! Mas, ele surtou!! Deslocou meu maxilar e tudo! Me deu um monte de soco! Ficou puto comigo! Na hora que a gente saiu da clínica, me trancou no carro e poft! Fiquei com a perna toda roxa! Me deu um monte de beliscão! Nossa, foi horrível! Foi muito difícil!(Paloma – entrevista realizada em 26 de novembro de 2014)

A despeito das grandes diferenças no procedimento para abortar, estas duas mulheres não esqueceram o que viveram e refletem de maneira muito distinta sobre a questão do aborto, tanto para si quanto para as mulheres em geral. Para Giana, impera a sensação de culpa e arrependimento:

No meu caso, no caso do meu aborto, nossa, isso pesou muito! Inclusive, até hoje tenho em mente, pelo que passo com meu filho mais novo, a maneira como ele me trata, o fato de ser tão malcriado e rebelde, eu penso no meu íntimo que é como um castigo pelo que eu fiz... Eu me arrependi muito, muito, muito! Sofri muito tempo com arrependimento!(Giana – entrevista realizada em 21 de maio de 2014)

Para Paloma, o depois não representou grandes dilemas, a não ser pelo que pensa a respeito das complicações para as mulheres que não tiveram a mesma condição para interromper a gestação não planejada.

Quando vejo ou ouço algo sobre isso para mim é tranquilo... Porque minha decisão foi certa, para a vida! Não me sinto mal, pelo contrário! Penso na sorte que tive por ter a oportunidade de fazer numa clínica, com o procedimento correto. O que me incomoda é saber que as pessoas precisam poder ter acesso a isso... Tive oportunidade porque tinha dinheiro e um pessoal que me ajudou!(Paloma – entrevista realizada em 26 de novembro de 2014)

Percebemos, explicitamente, como a condição social é marcante em suas trajetórias. Isto, contudo, não impediu que vivenciassem relacionamentos abusivos e fizessem a opção pelo aborto em função de uma mesma causa.

Como seria uma conversa entre essas duas mulheres? O que uma teria a aprender com a outra e o que poderiam compartilhar?

Fábia e Amelinha

Fábia e Amelinha têm muitos pontos em comum, inclusive sua atuação profissional. Suas trajetórias, contudo, são diversas especialmente pelo contexto político em que viveram o aborto. Em suas histórias, a clandestinidade ganha cores diferentes que se complementam.

Fábia é jornalista e quando fizemos a entrevista trabalhava em um sindicato no centro de São Paulo. “Sou jornalista e me formei no Rio, numa faculdade particular. Comecei a estudar há relativamente pouco tempo e me formei há quatro anos, com 38 anos.” (Fábia – entrevista realizada em 12 de maio de 2014)

Esta é uma primeira semelhança com Amelinha Teles, cuja ampla atuação profissional e militante envolve a participação em periódicos feministas da década de 1970.

Minha luta como feminista está por toda parte. Nos livros que escrevi, nos trabalhos que fiz e faço até hoje. Um dos momentos importantes foi a criação da União de Mulheres de São Paulo. Antes disso, como eu e a Rosalina contamos no livro “Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)”, aquela é parte da nossa história, mas também tem muito da história do feminismo da época, na década de 1970. (Amelinha – entrevista realizada em 17 de setembro de 2014)

Apesar da distância temporal que as separa, ambas passaram por situações de aborto induzido. No caso de Fábila, a narrativa percorre os meandros da clandestinidade a que estão submetidas inúmeras mulheres na atualidade.

Primeiro você entrava neste lugar, que era um tipo de consultório, então eles te colocavam dentro de um táxi. Não podia ir acompanhada com quem estava junto até ali. No táxi, iam outras moças, exatamente quatro, que era para ocupar todas as vagas do carro. E seguiam para um lugar muito longe! Os acompanhantes também não sabiam onde estavam te levando e não era possível sair dali. Chegando lá, você entra em uma salinha, eles aplicam alguma coisa na sua veia e quando você acorda o negócio já aconteceu! Já estava sentada numa cadeira, não era nem ao menos uma cama! Era uma cadeira onde você retoma a consciência sem nem ao menos saber o que foi feito. Aí você fica lá um tempinho para se recompor e chamam novamente o táxi para te levar embora... As mesmas quatro pessoas... Mas, cada uma com um metabolismo e uma reação diferente! Algumas iam acordando mais grogues... Lembro bem de uma menina que chorava tanto! Desesperadamente! Enquanto outra falava: “Não chora não... Isso não é nada... Já é a terceira vez que estou aqui...”. E eu falava: “Não chora não, mas não venha pra cá três vezes...” Era uma forma de amenizar aquilo tudo e ficávamos conversando. Uma com tanta naturalidade, aquilo era só mais um e, provavelmente, depois de algum tempo estaria ali de novo. Enquanto a outra se sentia muito mal por ter feito, mas já tinha acontecido... (Fábila – entrevista realizada em 12 de maio de 2014)

A experiência do aborto de Amelinha também aciona a questão da clandestinidade, mas com muitas diferenças...

Fiquei longo tempo na clandestinidade e foi nessa época que fiz um aborto. Tive a necessidade de fazer. Tinha dois filhos e era clandestina! Não havia razão para ter mais um filho, eu via que não tinha condições objetivas para criar uma criança. Mal conseguia criar os dois que tinha, imagine mais um! Um companheiro médico fez o aborto em mim em uma casa, com todas as condições e me deu toda a atenção necessária. Fiz um aborto seguro embora vivesse na clandestinidade! O paradoxo é que hoje vejo mulheres precisando fazer um aborto e tendo que fazer

de forma insegura e clandestina, mesmo sabendo que vivemos uma democracia! Ainda assim, o aborto continua clandestino! Algo que deveria ser entendido como um direito humano fundamental é realizado na clandestinidade! No meu caso, o aborto foi clandestino porque eu era clandestina! A vida nos havia empurrado para isto, a ditadura não permitia que fosse diferente. Hoje vejo mulheres enfrentando a mesma ditadura, mas em outro sentido, precisando fazer clandestinamente o aborto e sofrendo gravíssimas consequências! (Amelinha – entrevista realizada em 17 de setembro de 2014)

Em suas histórias podemos notar diferentes aspectos da clandestinidade. Amelinha vivia como clandestina, mas teve acesso a um aborto seguro. Fábيا vivenciou a interrupção da gestação em contexto político democrático, porém marcado fortemente pelos riscos da criminalização desta prática no Brasil. Para essas colaboradoras não se trata de situação simples, como denota a reflexão que fazem sobre o tema. Para Fábيا

Depois de ter vivido essa experiência do aborto, o que me chama atenção é a forma como algumas pessoas tratam o assunto como se fosse uma banalidade! Não é legal e não é banalidade! O que me toca é como a coisa é explorada. Acho que isso tem que ser passado de que todas as mulheres têm que ter direito sobre o seu corpo. Isso significa definir pela maternidade ou interrompê-la. Isso é um direito nosso! Não deveria depender de ninguém! [...] Acho importante descriminalizar este processo porque, na prática, quem tem dinheiro e consegue fazer, esconde que faz... Pior ainda é que muitas vezes aponta o dedo para quem torna público que está fazendo. E isto mata! O aborto é criminalizado e isso mata muitas mulheres. Mudar este quadro é fundamental! (Fábيا – entrevista realizada em 12 de maio de 2014)

A fala de Amelinha, por sua vez, complementa a de Fábيا, ampliando a questão para o universo da militância, tão cara a sua história de vida.

No Brasil, nem as feministas têm coragem de falar a palavra aborto. Nosso país é reprimido e este conservadorismo acaba impedindo até mesmo quem quer avançar. Este é o problema! Por isso, se não tiver um grupo de

feministas audaciosas o aborto não vai ser legalizado no Brasil.(Amelinha – entrevista realizada em 17 de setembro de 2014)

Mesmo que os trechos citados não explorem de maneira profunda a questão de classe, permitem-nos observar que esta, apesar das diferentes possibilidades de acesso a meios seguros de realizar um aborto, não é decisiva no que diz respeito às necessidades de fazê-lo. O espaço temporal entre as vivências de Fábila e Amelinha, contudo, imprime sentidos múltiplos à ideia de clandestinidade e democracia, apontando para a influência do jogo político na vida íntima das mulheres brasileiras hoje, assim como em tempos não tão distantes. O que pesa, portanto, é menos a qual classe pertencem e mais em que ambiente social, cultural e político levam suas vidas.

Como seria se se conhecessem?

Laila e Daniela

Laila e Daniela, embora da mesma geração, apresentam diferenças sensíveis no que diz respeito ao respaldo familiar e o que consideram dele. Seus relacionamentos, contudo, se assemelham na ausência do companheirismo e a decisão de abortar, ainda que tenha sido aprovada e apoiada, não encontrou respaldo posterior. A imagem do bar ou local público em que finalizaram a experiência do aborto é sugestiva no que tange à aproximação de suas experiências.

Laila assim nos fala de sua família:

Meu pai não tem formação específica. Mudou de emprego inúmeras vezes e fazia de tudo que se podia imaginar, de taxista a gráfico, tudo que se pode pensar ele fez e faz! Minha mãe é enfermeira, funcionária da prefeitura [...] Minha família por parte de mãe é muito politizada, progressista, engajada. Minha mãe é uma pessoa muito crítica, leitora voraz! [...] Meu pai sempre teve e tem até hoje um discurso de liberdade! Para ele, a gente tinha que ser nós mesmos e essa era a melhor coisa que podíamos fazer, a qual ninguém faria melhor! (Laila – entrevista realizada em 2 de outubro de 2014)

Embora o histórico não seja de uma família de elite, a orientação política progressista e a concepção de liberdade oferecida aos filhos foram fundamentais para a formação pessoal de Laila e para os desdobramentos de sua história. O caso

de Daniela, embora aparentemente se aproxime em termos de origem social, é bastante distinto na relação que estabelece com os pais.

Em pouco tempo, mudamos de casa várias vezes. Sempre por causa do meu pai. Primeiro ele foi fazer doutorado na Inglaterra. A intenção dele era trabalhar na USP e, então, do Nordeste fomos para o Centro-oeste até chegar no Sudeste e procurar trabalho para ele. [...] Meu pai sempre ficava muito em cima, me deixava de castigo, ficava tirando matéria no final de semana e quando tinha festinha no prédio não me deixava ir... [...] Minha mãe sempre costurava e fazia artesanato. Ela gostava muito de mexer com as mãos... Bem, a morte da minha mãe não foi fácil... Digamos que foi por vontade própria... [...] Eu e meu irmão temos cinco anos de diferença de idade e posso dizer que não temos relação nenhuma... (Daniela – entrevista realizada em 4 de janeiro de 2013)

Enquanto Laila enfatiza o discurso libertário de sua família, Daniela mostra contexto bastante adverso, no qual, além das dificuldades em se relacionar com o pai e o irmão mais velho, ainda teve em seu percurso o suicídio da mãe.

No que diz respeito ao aborto, ambas dispunham de meios para realizá-lo e puderam optar pela alternativa que mais lhes parecia segura. No caso de Laila:

Eu tinha a opção do remédio ou da clínica... Escolhi a clínica. O remédio era um processo de expulsão e me senti insegura, apesar de saber que é considerado seguro. Se a pessoa tiver acesso, é o ideal. Mas resolvi confiar na clínica, onde ia dormir, acordar e estaria feito... Mas era muita grana! Como descobri muito cedo, liguei no mesmo dia e soube que ficaria mais barato porque o procedimento seria mais simples. [...] Marcamos o mais rápido possível! Agendei um horário com o doutor, porque o lance era uma clínica obstétrica de verdade! Um lugar enorme, cheio de fotos de crianças e uma puta sala de espera em pleno bairro central! Quando cheguei, o médico me examinou e disse que se eu quisesse podia ser naquela hora mesmo. Concordei imediatamente! [...]O procedimento foi assim: vesti um avental e entrei numa sala de cirurgia, onde um anestesista me explicou como seria. Dormi e quando acordei senti uma dorzinha... Foi quando me encaminharam para descansar em outra sala, onde podia ficar com acompanhante. (Laila – entrevista realizada em 2 de outubro de 2014)

O relato de Laila expressa a relativa facilidade em realizar o aborto, certamente por dispor dos contatos e quantias necessárias. Daniela também não passou por grandes dificuldades em conseguir o medicamento mais utilizado para a interrupção de gestações, conhecido como Citotec.

Quando minha menstruação atrasou, fiz vários testes. Sabia que podia ser porque já não estava tomando remédio e pedia para ele não gozar dentro, mas ele insistia. Atrasou uma semana, fiz teste de farmácia e quando deu positivo não acreditei! Pensei: “Está errado!”. Até que a ficha caiu... Liguei para ele, que perguntou se eu queria ter e, se quisesse, ele não poderia ficar comigo... Aí tomei a decisão de tirar. [...] Quando saímos do consultório, disse que não queria ter se fosse nessa situação, que para mim não era satisfatória, e ele correu atrás do remédio, o Citotec... [...] Quando chegou o remédio, apliquei como tinham falado e, no dia seguinte, fomos para o hospital, mas como tinha comido falaram que não podiam fazer a curetagem por causa da anestesia. Felizmente, tinha convênio em hospital particular, o que é uma segurança a princípio, para não deixar nenhuma sequela grave. [...] Mas o processo todo envolve muita dor! Cólicas absurdas! Para aliviar, tomei banho e vi o embrião, porque sangra bastante, absurdamente! Tanto que quando fizeram a curetagem, falaram que não tinha mais nada. Graças a Deus, deu tudo certo! (Daniela – entrevista realizada em 4 de janeiro de 2013)

A despeito da facilidade para adquirir o medicamento, a experiência foi lembrada pelo sofrimento físico que causou. Ainda assim, o amparo médico para finalizar o procedimento se mostrou elemento de garantia e segurança sobre sua saúde.

Mesmo sem titubear diante do impasse da gravidez não planejada, nos dois casos as colaboradoras mencionaram dilemas de cunho moral, em que a religiosidade aparece como elemento que não pode ser desconsiderado. Ainda que se afirmem como não praticantes de nenhuma religião em particular, suas crenças íntimas envolvem sentimentos e culpas. Laila nos conta:

Quando descobri que estava grávida, falei: “Nem pensar!” Apesar disso, foi uma crise porque tenho uma formação espírita kardecista. Embora não tenha uma coisa religiosa, não faça ritos, tenho minha fé! Por isso, foi

algo muito difícil! Pensava: “Do que estou abrindo mão?” Nesse momento, rezei e pedi que se tivesse que ser mãe um dia, Deus teria que me dar outra chance, porque naquele momento não seria legal... (Laila – entrevista realizada em 2 de outubro de 2014)

A necessidade de compensar o suposto mal feito também aparece no relato de Daniela:

Apesar de não ser nenhuma católica que frequente a igreja, cada um tem seu Deus. Me senti mal perante o que fiz. Sei que não vou para o inferno, mas acho que tento fazer coisas boas para balancear (Daniela – entrevista realizada em 4 de janeiro de 2013)

Além da questão da religiosidade, outro ponto que converge nessas experiências diz respeito à ideia de companheiro que ambas possuem e almejam para suas vidas. A expressão “mãe solteira” aparece em falas das duas colaboradoras, sugerindo o peso moral que a experiência da maternidade solitária exerce sobre as mulheres em nossa sociedade. Além disso, as atitudes dos parceiros refletem a ausência de compromisso à qual nenhuma delas está disposta a conviver. Laila diz:

Quando saímos da clínica, fui encontrar umas amigas. Não queria ficar pirando em casa.[...]Para mim, a maternidade sempre esteve associada a um par, um cara para estar junto. Se for um projeto individual para ser mãe solteira, prefiro não ser. (Laila – entrevista realizada em 2 de outubro de 2014)

Daniela expõe o mesmo sentimento, quando fala:

Ele me acompanhou – era o mínimo que podia fazer – e depois, quando saímos de lá, ele foi para um bar beber... [...] O que ficou daquele momento foi a falta de personalidade dele, de fazer uma coisa sabendo que eu podia engravidar, já que não estava tomando remédio, o que poderia acarretar consequências. [...] Tenho planos de casar e ter filhos, mas não ser mãe solteira e muito menos ter um filho de um babaca, né... Posso dizer que no começo me arrependi de certo modo... Por mais que fosse uma coisa que sempre imaginei que faria na época da faculdade - porque não

deixaria de estudar por causa de um filho - já estava em outro momento, formada. Só que não tinha estabilidade financeira e não queria ser mãe solteira. O que importava para mim era conseguir alcançar aquilo que tinha sonhado como profissão e projeto de vida. (Daniela – entrevista realizada em 4 de janeiro de 2013)

Apesar das particularidades de cada situação, a finalização da experiência do aborto em espaços públicos, seja com o companheiro ou com amigas, sinaliza para a relativa simplicidade dos procedimentos médicos que interrompem a gravidez, já que não houve necessidade de repouso ou cuidados específicos. Por outro lado, exprime o descaso por parte dos companheiros no que tange à sensibilidade que envolve o aborto, reforçando questões relativas às desigualdades de gênero.

Mesmo que o tema do aborto, enquanto um problema de classe social, suscite uma aproximação entre as duas experiências, cabe notar os aspectos que também distanciam suas histórias, especialmente as relações que estabelecem no seio familiar.

Essas mulheres teriam experiências a trocar?

Considerações finais

As perguntas que acompanham a breve reflexão sobre as duplas de histórias, sugerindo o interesse sobre o que essas pessoas tão diferentes poderiam ter em comum e como se ajudariam mutuamente, pretendem acionar as possibilidades de conexão que pesquisas como esta podem promover e o quanto tal situação revela elementos que interessam à elaboração de políticas públicas acerca do aborto.

Acreditamos que o compartilhamento de experiências é promissor, não somente pela identificação que desencadeia, mas pelo potencial de desestigmatizar essas mulheres e, principalmente, de aproximar pessoas que aparentemente se distanciam, mas que podem, juntas, fornecer estratégias mais efetivas para enfrentar os dilemas que envolvem o aborto no Brasil.

É interessante notar o quanto a valorização desta constatação poderia unir as mulheres em torno de uma causa comum. Diversamente, o que se verifica é o estabelecimento de mais fronteiras que limitam identidades compartilhadas e fomentam tanto desigualdades sociais quanto de gênero.

Não seríamos, ao postular a questão de classe como fundante, responsáveis por distanciar pessoas que, juntas, poderiam estabelecer um debate mais amplo e condizente com a realidade? Tal diálogo não poderia instruir políticas públicas que

acordam, de fato, com as demandas sobre o aborto? Esperamos que estas indagações contribuam para a complexificação do tema tanto teórica quanto publicamente.

Referências

CAVALCANTE, A.. BUGLIONE, S. **Pluralidade de vozes em democracias laicas: o desafio da alteridade**. In: MAIA, M. M.. **Direito de decidir**. Múltiplos olhares sobre o aborto. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MAYORGA, C.. MAGALHÃES, M. S. . **Feminismo e as lutas pelo aborto legal ou por que a autonomia das mulheres incomoda tanto?** In: MAIA, M. M. . **Direito de decidir**. Múltiplos olhares sobre o aborto. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MEIHY, J. C. S. B. HOLANDA, F. . **História Oral**. Como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2010.

VILELLA, W. . MENICUCCI, E. SILVA, R. C. da. **Aborto e Saúde mental**. In: MAIA, M. M. . **Direito de decidir**. Múltiplos olhares sobre o aborto. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Notas

- 1 Marcela Boni Evangelista é doutora em História Social pela USP e pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO-USP) e do Grupo de Pesquisa em Gênero e História da USP (GRUPEG-HIST). Email: marcela.boni@gmail.com
- 2 Os nomes das entrevistadas são fictícios em função da necessidade de anonimato condizente com o tema da pesquisa e a ética observada nos procedimentos de história oral. Somente em casos aprovados e autorizados pelas colaboradoras serão mantidos os primeiros nomes das entrevistadas.

Artigo recebido no mês de março de 2017 e aceito para publicação no mês de maio de 2017.

